

A “CONTEMPORANEIDADE DO NÃO COETÂNEO”: EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ERA E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO¹



VANILDA PAIVA²

A expressão “contemporaneidade do não coetâneo” (*Gleichzeitigkeit der Ungleichzeitigkeit*) de Ernest Bloch foi colocada em uso ainda nos anos 50 através dos intelectuais que atuaram no antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), organismo que no Brasil levou às últimas conseqüências políticas, sociais e filosóficas as idéias desenvolvidas pelo estruturalismo cepalino, e tem sido recentemente recuperada por diversos intelectuais e grupos (Paiva, 1980). De fato, se a realidade sempre se constituiu de camadas que vão se superpondo e mixando nos seus mais diferentes níveis, isto tem se tornado mais visível nas últimas décadas, as quais não representam apenas uma transição formal de um a outro milênio, mas a passagem para uma nova era na história da humanidade.

A era moderna, que se inicia com o renascimento e se desdobra nas grandes descobertas continentais, no colonialismo que possibilitou o enriquecimento europeu e que levará posteriormente às grandes descobertas e à revolução industrial, encontra um momento especial no século XX como época marcada simultaneamente pelo trabalho assalariado, pela adoção de políticas sociais tributárias dos ideais da revolução francesa e por inédito “desencantamento do mundo” – no sentido de que o avanço científico chegou a fronteiras nunca antes imaginadas – que pragmaticamente se traduziu em descobertas no plano da tecnologia capazes de transformar de forma radical a vida dos homens e das sociedades.

¹ Texto apresentado no Seminário “Educação de Adultos da Perspectiva da Educação Permanente” promovido pelo OREALC/UNESCO e Ministério da Educação do Chile em Santiago, Agosto de 2000.

² Estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Foi Professora da UNICAMP e da UFRJ e é Diretora do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro.

Direção eletrônica: Paiva@amontreal.com.br

O mundo em que predominava o determinismo e no qual se acreditava que os fenômenos podiam ser reunidos sob uma mesma lei explicativa era certamente mais consolador que aquele que enfrentamos hoje. O mesmo se pode dizer da crença generalizada de que todo fenômeno é causado por outro que o precede, algo incorporado de forma importante pelo senso comum com base em princípios da ciência ocidental firmados desde Galileu. A ciência do século XX, porém, coloca em questão assertivas tão confortáveis ao trabalhar com sistemas dinâmicos instáveis associados à idéia do caos, com uma física do não equilíbrio e com estruturas dissipativas. A instabilidade é incorporada ao trabalho científico e as leis naturais assumem um novo sentido.

Do ponto de vista político, os ideais construídos com base numa visão humanística e igualitária foram postos em xeque por regimes e formas de governo dominadas por valores e regras incompatíveis com os ideais que supunham defender. Por fim, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação tornaram o mundo – ao menos para alguns – cada vez menor e alteraram a vivência do tempo e do espaço. Um novo mundo – virtual – abriu-se e difundiu-se, abarcando progressivamente segmentos numerosos da humanidade espalhados por todo o globo.

MUDANÇAS NO TRABALHO E NAS POSIÇÕES SOCIAIS, MUDANÇAS NA QUALIFICAÇÃO

Falar em mudanças de paradigma na produção já se tornou um lugar comum, muito embora quando se tenha começado a referir à questão se estivesse pensando nas transformações por que passou o trabalho industrial no último quartel do século XX. Em outras palavras, a passagem tendencial do fordismo a outros modelos *lean* (enxutos) de produção, nos quais se somaram mudanças na tecnologia empregada e mudanças na gestão da mão de obra e mais amplamente na administração, constituiu o principal pilar da reflexão daqueles anos sobre a retração do trabalho. A isto se somaram outras conseqüências do fim do período keynesiano, entre as quais

aquelas que dizem respeito à retração da proteção social estatal – com seus reflexos nas características da absorção de profissionais liberais e outros pelas estruturas de bem estar – impactaram o mercado de trabalho, o qual foi sofrendo no mesmo período os efeitos de crescente desregulação.

Estas mudanças estão na raiz da revisão da relação tradicionalmente positiva escolaridade, renda e *status*, pois novos *mixes* combinam hoje elevada escolaridade/sofisticação e complexificação da formação com baixos salários e *status* declinante. Se a correlação positiva foi reanimada em algumas áreas do mundo por certo período, tomando-se como paradigma o crescimento dos tigres asiáticos, a realidade mundial mostra hoje mais claramente que ela sempre dependeu de movimentos da economia e que, cada vez mais, está - como muitos outros setores - entregue à violência da moeda. Isto, porém, não destrói a tese mais ampla da importância da educação da população para assegurar o crescimento econômico, dadas as demais condições necessárias. Ao passar para a realidade concreta, porém, observa-se que - se a correlação positiva se mantém no que concerne a baixos níveis de escolaridade - as mudanças na configuração do mercado de trabalho foi provocando não apenas um profundo reordenamento social das profissões, mas destruindo as relações tradicionais entre escolaridade, renda e *status*, repetindo nos países periféricos fenômeno que já se observava há décadas nos países centrais e introduzindo elementos novos (como os resultantes da destruição de postos de trabalho qualificados em decorrência não só da tecnologia, mas da retração da proteção social). Bastaria dar aqui o exemplo de profissões clássicas como as de professor e de médico nos países periféricos.

Retornou igualmente com força a tese que negava a polarização da qualificação. Está hoje claro que, embora se eleve a qualificação média da população e a sofisticação da formação venha se difundindo, estamos diante de renovadas formas de polarização que se dão, em especial, no interior do mercado formal de trabalho, mas que não se restringem a ele. Esta polarização crescente não tem a ver apenas com a produção e o consumo, nem com a propagação de oportunidades educacionais em níveis básicos, mas com a própria natureza da sociedade do conhecimento – posto que a proliferação deste a níveis sem precedentes supõe uma capacidade limitada de cada um para apropriar-se de conhecimentos disponíveis e a concentração de conhecimentos de ponta em um número proporcionalmente menor de indivíduos.

As mudanças para as quais aponta a era que se inicia tem um impacto importante sobre as qualificações que precisarão ser, ao mesmo tempo, gerais e específicas. No entanto, para além desta mudança de peso em aspectos da qualificação, ela

precisarão atender a uma realidade que já não é mais marcada por uma linearidade ascendente, mas que se apresenta como uma gangorra do ponto de vista social e profissional. Se ao longo do período keynesiano, ou seja, a época de ouro do assalariamento, o emprego funcionou como sucedâneo da propriedade para as massas trabalhadoras, como um bem ao qual se acreditava ter direito e que, uma vez adquirido, parecia assegurado para toda a vida – concretizando-se através de uma trajetória pessoal no interior de uma carreira cujos patamares podiam ser previamente antecipados e que levavam a níveis hierárquicos e profissionais superiores à medida em que avançavam idade e experiência – esta realidade sofreu transformações radicais.

A crise do assalariamento corresponde a mudanças profundas na realidade do trabalho e do respectivo mercado, numa mudança que não está marcada apenas pela retração do emprego e do trabalho assalariado e respectivos direitos conquistados ao longo do último século, deixando de existir um equivalente à propriedade entre não-proprietários, mas também por uma completa reversão do quadro no que concerne à díade idade-experiência. Se esta última constituiu um elemento importante da era industrial, a passagem do industrialismo à sociedade de serviços e pós-serviços – no sentido de que o lucro suplementar se gera em outras esferas, sejam elas virtuais ou articuladas num outro tipo de atendimento a clientes com novas características – se encarregou de solapar a importância da experiência que se adquire com a prática reiterada. O mundo contemporâneo quer

se livrar de grande parte da experiência prévia, considerando que a mesma cristaliza formas de pensar, de agir e de valorar que não lhes servem. Os mais jovens são mais “empregáveis” exatamente porque lhes falta experiência, porque lhes falta a memória não apenas de direitos antes existentes mas de formas de pensar, agir e valorar, porque eles já se deixaram marcar pela disposição a aprender não apenas novos conteúdos mas novas maneiras de ver e pensar o mundo. Assim, muito embora a questão do desperdício da experiência possa (e esteja) colocando problemas em muitas esferas e camadas do mundo em que vivemos, a “ponta” levanta fundamentalmente a questão de como descartar-se dela enquanto fonte de cristalizações mentais e de habilidades que já não servem à direção na qual parece apontar a fecho das transformações do mundo de hoje.

Isto supõe graves conseqüências nas posições sociais dos grupos humanos, atingindo diferenciadamente jovens, p e s s o a s de meia idade e idosos das diferentes classes sociais impactando fortemente as bases da qualificação demandada nos nossos dias.

CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O século XX foi marcado pela mais importante e extensa revolução educacional da história da humanidade. Embora a primeira metade do século tenha, em

algumas partes do mundo, sido palco do desenvolvimento de sistemas extensivos de educação elementar e técnico-profissional e de certa ampliação de partes mais elitizadas dos sistemas educacionais, é somente a partir da Segunda Grande Guerra que nos deparamos com um verdadeiro revolucionamento da educação, no sentido da universalização efetiva de seus níveis básicos e de tendencial universalização (nos países mais afluentes) de níveis mais elevados de formação.

Paralelamente ocorreu no mesmo período a mais importante revolução da comunicação de que se tem notícia, disponibilizando –em princípio– para as massas de quase todo o globo uma quantidade sem precedentes de informações e conhecimentos de todo tipo. Em especial nos anos recentes a própria especialização vem sofrendo rudes golpes na medida em que muitos “segredos” profissionais começaram a mostrar-se como “segredos de polichinelo” ao serem comunicados em linguagem não rebuscada pelos meios massivos de comunicação. Em compensação, foi também no século XX e em especial nos últimos anos que o volume de conhecimentos disponíveis começou a multiplicar-se com tal velocidade que passou a exigir especialização estrita e muitos anos de estudo para o domínio de uma pequena área e respectiva bibliografia. Jamais se escreveu e se publicou tanto na história da humanidade; jamais existiram antes tantas formas de difusão e comunicação do conhecimento. Paralelamente, nunca tantos inventos foram tornados disponíveis para utilização direta pelas pessoas – exigindo delas conhecimentos compatíveis – e jamais o consumo havia atingido parâmetros comparáveis aos de nossos dias.

A elevação no nível médio de informação e de qualificação formal vem provocando crescente desmitologização do trabalho intelectual e profissional, ao mesmo tempo em que se observa uma intensificação do trabalho e da insegurança dentro e fora do mercado. Por isso, não é certo, como pretende Nardi (1995: 64) que a “população jovem trabalhará mais inteligentemente do que intensamente”: jovens e velhos estão submetidos a uma lógica que demanda trabalho inteligente e intenso. O próprio computador obriga a maior velocidade, à compactação do

tempo e das atividades, à concentração de informações e responsabilidades, a novas formas de trabalhar e à aceitação da invasão do espaço privado pelo trabalho. Por outro lado, ao tornar as atividades mais transparentes, reforça o controle não apenas em relação ao resultado do trabalho, mas ao transcorrer do mesmo, reduzindo a chance de oposição à intensificação do trabalho. A qualificação não logra contrarrestar esta tendência e o resultado de tal visibilidade dos processos num mundo em que a competição se acirrou termina por ser, como o ressaltam Baethge e Oberbeck (1986), o paroxismo da moral da performance individual e do cálculo de uso individual, que passam a permear as atividades dentro e fora do mercado formal de trabalho.

Do ponto de vista das indicações relativas às características da qualificação requerida pela produção de bens e serviços reestruturados, e ainda pela busca de inserção alternativa ou pelas novas características do consumo, elas apontam –num plano mais geral– para a qualidade da educação, a todos os níveis, ou seja, para a efetividade dos conhecimentos transmitidos, deslocando o eixo da discussão educacional da democratização quantitativa das oportunidades para a eficiência do sistema, em especial nos níveis iniciais, anteriores à profissionalização, nos quais ocorre a aquisição de habilidades instrumentais e conhecimentos básicos efetivos que passaram a ser requeridos como condição de adaptação à nova realidade social e do trabalho para toda a população e não apenas para a parcela considerada economicamente ativa nos padrões tradicionais. A demanda por qualificação formal, por diplomas, cede lugar à qualificação real passível de ser demonstrada na prática profissional e na vida diária, dentro de um quadro de elevação tendencial da qualificação média (habilidades, conhecimentos e informações) impulsionada pelas demandas da produção, do consumo e de mudanças introduzidas na organização do cotidiano.

O PRIVILEGIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO GERAL E INTELLECTUAL

No lugar privilegiado que a qualificação intelectual ocupa nos dias de hoje, as virtudes intelectuais esperadas são uma elevada capacidade de abstração, de concentração e de exatidão - e elas não dependem apenas de uma educação geral, mas estão também ligadas a aspectos psicológicos da formação. Enfatiza-se a importância do pensamento conceptual abstrato como fundamento da ampliação das possibilidades de percepção e de raciocínio, de manipulação mental de modelos, de compreensão de tendências e de processos globais e da aquisição de competências a longo prazo.

Elas supõem uma educação de natureza geral apoiada sobre uma sólida qualificação básica: trata-se de formar para o bem pensar uma massa crescente de informações de todo tipo e para o bem falar em múltiplas linguagens. A capacidade de comunicação verbal e visual tornou-se tão central quanto a possibilidade de captar rapidamente as conexões entre conhecimento, configuração de situações interativas e processos mercadológicos - o que supõe um novo tipo de formação intelectual que facilita a percepção do contexto no qual hoje o conhecimento se aplica. Espera-se da qualificação intelectual de natureza geral e abstrata que ela seja a base para os conhecimentos específicos, mas que também constitua a principal fonte de competência que se prova na interação e em atividades concretas crescentemente complexas. Sobre tal âncora será, talvez, possível difundir a polivalência e novas habilidades cognitivas necessárias à reintegração de tarefas em novo patamar.

O desenvolvimento do pensamento abstrato é que pode assegurar um raciocínio voltado para dimensões estratégicas, organizadoras e planejadoras da sociedade e da produção. A formação geral é a base sobre a qual conhecimentos diferenciados serão apropriados e utilizados - os que possibilitam a compreensão do processo de produção, a utilização exata de procedimentos e símbolos matemáticos, o manejo da linguagem de forma adequada à situação, a capacidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, o armazenamento, atualização e capacidade analítica para interpretação de informações, a apreciação de tendências, limites e significado dos dados estatísticos, a capacidade de preencher múltiplos papéis na produção e rápida adaptação a novas gerações de ferramentas e maquinárias (Paiva, 1995). Trata-se de formar um tipo de profissional cuja posição estará oscilando entre um “subordinado autônomo” e um “independente associado”, posto que se rompeu o fosso que separava a vida do produtor independente e a do assalariado (Paysan e Hatty, 1995: 67).

Na mesma direção, Nardi (1995) indica como necessidades contemporâneas um saber orientado para o futuro, a adaptação dos conhecimentos à realidade, capacidade de colher da

realidade imediata sinais para modificar os conhecimentos anteriores. Ressalta ainda a necessidade de conciliar um processo formativo orientado para a reflexão e a criatividade e o trabalho com forte conteúdo informativo e ainda as dificuldades de adaptar-se e de aprender das gerações mais velhas. A formação que já não fica tão colada nem se acaba com o diploma, reconhecendo-se não só o papel dos meios de comunicação de massa, mas valorizando-se a multiplicidade de percursos formativos na qual se possa forjar uma cultura profissional ao mesmo tempo sólida e flexível, apoiada em ampla base cognitiva teórica e específica.

Já Baethgue e Oberbeck chamam a atenção para as mudanças nos hábitos e nos estilos de comportamento cotidiano no trabalho nos serviços, mudança que não se consegue perceber tão facilmente. A interação com o computador demanda um estilo de trabalho caracterizado por um mix de velocidade de reação, capacidade de abstração e de concentração e exatidão. Por isso coloca-se cada vez mais ênfase na formação inicial, na socialização primária capaz de garantir virtudes pessoais e disposições socio-motivacionais que se combinam com qualificações formalmente adquiridas; enquanto a formação inicial deverá ter caráter geral, a formação específica precisará ser cíclica com um approach multidisciplinar. É preciso não somente aceitar a obsolescência dos conhecimentos específicos, especialmente forte em áreas determinadas (como no caso da informática) obrigando a um esforço contínuo de atualização, mas entender a lógica dos novos tempos. Estes contemplam também um retorno a padrões antigos e atividades tradicionais (como no caso das professoras que apelam para virtudes e conhecimentos domésticos como fonte de renda), ampliando a esfera de sobreposição de camadas na busca por contrarrestar o desemprego e as restrições impostas aos “novos pobres”.

A idéia de que novos conhecimentos deverão ser adquiridos durante toda a vida profissional acompanha a constatação de que junto com o fordismo também foram se esvaindo as biografias profissionais lineares e ascendentes. Prevê-se hoje sucessivas mudanças de profissão ao longo da vida, alternância entre o mercado formal e atividades alternativas bem como entre períodos de trabalho e de estudo, como condição para a conversão a outras atividades via estratégias de reprofissionalização. Diz Nardi que hoje “estuda-se em um campo para trabalhar em outro” e que, por isso, “especialização não é o caminho que a escola deve percorrer” (*Idem.*:23e 61). Tais mudanças se dão também em detrimento do conhecimento adquirido pela experiência acumulada e presente, em especial, nas gerações mais velhas.

Tais redefinições acompanham não apenas níveis inéditos de desemprego qualificado, descompasso entre a qualificação efetivamente necessária ao desempenho profissional e o status social e nível salarial do emprego, desvalorização dos níveis de formação e dos diplomas frente à disponibilidade de uma super-qualificação for-

mal. Observa-se “um desajuste entre a necessidade objetiva, o valor socialmente reconhecido a uma atividade e a dificuldade encontrada por quem a exerce”(Perret e Roustang, 1993). O menor peso atribuído à experiência - resultado da necessidade de adaptação constante - ultrapassou os níveis em que se mostra justificada e reflete-se em feroz luta pela substituição de gerações, na qual os jovens são mais qualificados que a geração precedente e não logram avaliar os malefícios da perda da experiência acumulada. A tal fenômeno soma-se a dissolução dos critérios meritocráticos que haviam imposto certa despersonalização das decisões e reduzido os níveis de arbitrariedade na apreciação do valor do trabalho e no julgamento das pessoas. Esta sociedade não teria inventado ainda “procedimentos e convenções para qualificar o trabalho de forma tão estruturada quanto tinham sido colocadas em prática no quadro da organização industrial do trabalho”.

JOVENS E ADULTOS FRENTE À NOVA ECONOMIA E À NOVA SOCIEDADE

Desde os anos 60 o tema da educação permanente ganhou ares de moda, alavancado por pesquisas que mostravam a direção na qual estava seguindo o desenvolvimento da ciência e da técnica. Esta foi a época do grande sucesso do livro de Henri Hartung (1966) e de outros que, antecipavam a necessidade de uma educação que atravessasse toda a vida humana. Esta “onda”, no entanto, passou. É como se ela estivesse, tal como a própria revolução tecnológica, hibernando ao longo dos anos 70 para deixar-se ver plenamente a partir da década seguinte. Naqueles anos chegou-se a crer que a revolução tecnológica levaria à desqualificação, da mesma forma que nos anos 80/90 existiu quem acreditasse que a disponibilidade de qualificação havia se tornado irrelevante para a geração de riqueza e que a exclusão do mercado também conduzia à desqualificação. O empresariado demanda hoje formação básica ampla num patamar elevado a partir do qual ele possa escolher seus eleitos. No entanto, nenhuma atividade econômica pode ser mais diretamente influenciada pela formação disponível do que aquela desenvolvida através de serviços pessoais ou da pequena produção independente e de

outras formas de inserção alternativa no mundo do trabalho. Na moderna combinação de grandes firmas e pequenos produtores independentes (de produtos ou de serviços), as vantagens possíveis dos que ficaram de fora do mercado formal dependem cada vez mais do conhecimento e da qualificação, que precisa ser permanentemente renovado.

Em um panorama nebuloso em relação às profissões, disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica; não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face a suas inúmeras conseqüências na vida social e pessoal.

Inúmeros sofrimentos, angústias e incertezas são trazidas pelos novos tempos aos jovens e adultos que trabalham e que vêem a experiência acumulada esvaziar-se de valor e o trabalho de muitos anos desperdiçar-se no emaranhado da desregulação e da modernização a qualquer custo - seja ela real, seja ela uma absorção parcial de formas modernas sem correspondente na estrutura produtiva. Neste turbilhão a população vê-se instada, por razões efetivas ou em conseqüência da difusão de uma ideologia de adaptação preventiva a enfrentar a instabilidade e novas formas cíclicas de pobreza numa gangorra social e profissional sem precedentes na última década do século XX.

Pode-se dizer que estamos diante de maiores e diferentes exigências educacionais e que as clássicas funções dos sistemas de educação estão em questão. Ao invés de se enfatizar o papel das chances educacionais como elemento de redução das desigualdades sociais e como fator capaz de propiciar mobilidade horizontal e vertical, tende-se hoje a reconhecer que é cada vez mais difícil quebrar a desigualdade cumulativa ao longo da biografia individual. Se se reconhece que a educação se tornou um programa para toda a vida, também se conclui que os problemas clássicos do que se considerava como uma educação permanente (reabilitação, requalificação, re-socialização, compensação de déficits) já não constituem o cerne da questão. Ao mesmo tempo em que se constata que as instituições educacionais de todo tipo vem perdendo suas funções como instâncias legitimadoras e normativas na regulação dos transcurso de vida, observa-se que uma crescente polarização das chances de educação e de integração no mercado de trabalho ocorre ao mesmo tempo em que a competição educacional por toda a vida transformou-se no cotidiano de imensos grupos da população (Weymann e Weymann, 1993 :13). Isto significa que, se os processos educacionais ainda desempenham um papel essencial para mudanças e passagens menos traumáticas e para a identificação de novos lugares sociais, conhecimentos tradicionais não escolares precisam ser acionados para tornar mais suave a entrada no mundo do trabalho na juventude, a reorientação na meia idade e

a geração de alternativas na terceira idade, num mundo que mescla imensas possibilidades com enormes restrições à felicidade humana.

BIBLIOGRAFÍA

- BAETHGE, M. e OBERBECK, H. (1986), *Die Zukunft der Angestellten. Neue Technologien und berufliche Perspektiven in Büro und Verwaltung*. Ffm :Campus.
- HARTUNG, Henri. (1966). *Pour une éducation permanente*, Paris, Fayard.
- MEYER, J.; KAMENS, D. e BENAVIDE, A. (1992), *School knowledge for the masses*. Washington, The Falmer Press.
- NARDI, A . (1995), “Il lavoro e le esigenze formative”, in NARDI, Aldo (org.) *Lavoro d’Europa. Analisi dei cambiamenti nella gestione delle risorse umane*, Milano, Franco Angeli.
- PERRET, B. e ROUSTANG, G. (1993), *L’économie contre la société - Affronter la crise de l’intégration sociale et culturelle*. Paris, Du Seuil.
- PAIVA, Vanilda (1980), *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- , (1995), “Inovação tecnológica e qualificação”, *Educação e Sociedade*, nº. 50, Abril.
- PAYSANT, M. e HATTY, F. (1995), *Travail salariée, Travail indépendant*, Paris, Flammarion.
- WEYMANN, A e WEYMANN, V. (1993), “Weiterbildung zwischen Staat und Markt”, in MEIER, A. RABE-KLEBERG, U. *Weiterbildung, Lebenslauf, sozialer Wandel*. Neuwied, Luchterhand.